

Contratos terão correção com prazo mínimo de 1 ano

Glaucio Dettmar/ 05.01.95

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, definiu ontem, pela primeira vez, o que chamou de "direção geral" das medidas que serão adotadas no segundo ano do real.

Malan destacou dois princípios básicos: a manutenção do prazo mínimo de um ano para a correção monetária de todos os contratos e adoção da livre negociação salarial. "Esta é a direção para a qual queremos caminhar" afirmou.

No caso da livre negociação, o ministro disse que a única dúvida é quanto a rapidez com que o governo deve avançar. Informou que o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, está negociando essa questão com as lideranças sindicais e políticas.

Correção — Com relação ao prazo mínimo de um ano para a correção monetária dos contratos, que o ministro disse ter sido uma conquista do Plano Real, a idéia é manter essa diretriz. "Isso valerá para tudo", disse o ministro.

Ontem, Malan não foi tão taxativo quando falou sobre o futuro da TR e da Ufir. Na última segunda-feira ele negou a extinção da TR. Mas no encontro de ontem Malan disse que a única coisa que poderia garantir é que "o governo continua comprometido com a idéia de que é preciso aumentar a taxa de poupança da economia e não fará nada que possa prejudicar esse objetivo", disse.

Depois de falar sobre a "direção geral", Malan recusou-se a comentar sobre como isso será implantado na prática.

"Há detalhes operacionais que ainda não estão definidos e que serão divulgados no momento certo", acrescentou.

Juros — O ministro da Fazenda disse ainda, durante café da manhã com as bancadas do PPR na Câmara e no Senado, que não vê razão para um aperto adicional no crédito.

"Estamos justamente num processo oposto, analisando uma flexibilização dos compulsórios e da taxa de juros", garantiu.

Malan disse que "a velocidade dessa flexibilização dependerá de três fatores: da percepção de um superaquecimento da economia, que está sob controle; do equilíbrio nas contas externas prometido; e do avanço da reforma constitucional e da privatização.



Malan: dúvida em relação ao prazo em que será adotada a livre negociação